

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

### **THE IMPORTANCE OF INTERSECTIONALITY IN SOCIAL SERVICE WORK IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION**

Cintia Caroline de Oliveira (CEFET-MG)<sup>1</sup>

Silvani Valentim (CEFET-MG)<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O artigo apresenta a importância da abordagem feminista e da interseccionalidade na prática do Serviço Social, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Utilizando-se da teoria Histórica Dialética, que possibilita uma visão de mundo crítica, e por meio da pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e baseada em pesquisas bibliográficas e referenciais teóricos, identificou-se que a interseccionalidade é fundamental para entender as múltiplas dimensões que perpassam as desigualdades sociais e suas consequências na atuação da(o) assistente social na EPT. Os resultados destacam a necessidade de uma abordagem interseccional para o planejamento e implementação de políticas educacionais que contemplem as diferentes realidades e necessidades dos estudantes, principalmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O estudo ressalta ainda a importância da formação continuada dos profissionais para que possam compreender a complexidade das desigualdades e atuar de forma mais efetiva na promoção da justiça social no ambiente educacional.

---

<sup>1</sup> Graduada em em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012). Especialização em Educação Especial: Ênfase em Deficiências. Atua como Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Barbacena. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, Educação, Políticas Afirmativas, Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAE). Ex-Membro da Comissão de Ética Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Membro do Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI's) do IF Sudeste MG. Atualmente é Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, e pesquisadora no grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (NEAB/CEFET-MG).

<sup>2</sup> PhD. em Educação. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)PPGET; Dept de Educação; Formação Pedagógica de Docentes Pesquisadora do CNPq. Coordenadoria de Gênero, Relações Étnico-Raciais, Inclusão e Diversidades (CGRID/DEDC) Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB); Núcleo de Estudos sobre Gênero e Diversidades (NEGED) Vice-Coord. do CONNEABs da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) GT 21 da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (31) 99752-1605; (31) 3319-7478, 7479 <http://www.diversidades.cefetmg.br>

# A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Palavras-chave:** Serviço Social; feminismo; interseccionalidade; Educação Profissional e Tecnológica.

## *ABSTRACT*

The article presents the importance of the feminist approach and intersectionality in the praxis of Social Work, especially in Professional and Technological Education (ETC). Using the Dialectical Historical theory, which enables a critical worldview, and through qualitative research, of the exploratory type and based on bibliographical research and theoretical references, it was identified that intersectionality is fundamental to understand the multiple dimensions that permeate social inequalities and their consequences in the performance of the social worker in the EPT. The results highlight the need for an intersectional approach to the planning and implementation of educational policies that contemplate the different realities and needs of students, especially those who are in a situation of social vulnerability. The study also emphasizes the importance of continuing education of professionals so that they can understand the complexity of inequalities and act more effectively in promoting social justice in the educational environment. Keywords: Social Work; feminism; intersectionality; Professional and Technological Education.

**Keywords:** Social Work; feminism; intersectionality; Professional and Technological Education.

## 1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que tem como um dos seus objetivos principais a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se configura como uma importante estratégia para a promoção da cidadania e da inclusão social. Por se tratar de uma profissão que se ocupa das expressões da questão social na sociedade, ela se constitui como uma profissão que busca intervir nas situações de desigualdade e exclusão social, buscando promover a justiça social e a garantia dos direitos humanos. Para Yamamoto e Carvalho (2009), o Serviço Social tem um papel fundamental na construção de uma nova ordem societária, que supere as desigualdades sociais e promova a justiça social.

O Serviço Social na educação profissional e tecnológica tem como um dos objetivos principais a promoção da cidadania, da igualdade social e da formação humana dos alunos. A profissão busca garantir que os alunos tenham acesso a uma formação técnica de qualidade,

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

mas que também possam desenvolver suas habilidades socioemocionais, essenciais para sua atuação no mercado de trabalho. Sendo assim, o Serviço Social atua na orientação e acompanhamento dos alunos em situação de vulnerabilidade social, buscando garantir a efetivação de seus direitos e o acesso a políticas públicas que possam contribuir para sua inclusão social. O profissional de Serviço Social também atua na mediação de conflitos entre os alunos e na promoção de atividades que estimulem a participação e a integração social.

Este texto tem como objetivo mostrar que a interseccionalidade pode ser um dos caminhos para reforçar o compromisso com o projeto ético-político do Serviço Social e partir em busca de uma atuação profissional antirracista e antissexista dentro da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Utilizando-se da pesquisa qualitativa de cunho exploratória e por meio de levantamentos bibliográficos e referenciais teóricos sobre as teorias feministas e a interseccionalidade, identificou-se que a interseccionalidade como metodologia de trabalho e de pesquisa pode ser capaz de traçar um caminho fundamental para entender as múltiplas dimensões que perpassam as desigualdades sociais e suas consequências na atuação do Serviço Social na EPT.

Mas não somente isso, esse estudo busca perceber como as formas de opressões estruturais, principalmente as étnico-raciais junto ao gênero, interseccionam dentro da escola e na condução das políticas públicas educacionais<sup>3</sup>, visto que a escola é o reflexo da cultura racista machista da nossa sociedade.

Para isso, o estudo utiliza-se da teoria Histórica Dialética, abordada por autoras como Angela Davis e Kimberlé Crenshaw, pois segundo Minayo (2008) essa abordagem possibilita uma visão de mundo crítica permitindo desvendar as contradições posas na realidade estudada.

A utilização dessa teoria possibilita uma visão de mundo mais crítica, permitindo desvendar as contradições presentes na realidade estudada. Além disso, essa abordagem permite perceber a interligação das opressões, dominação e desigualdades sociais.

Nesse sentido, com base em Duarte; Werneck; Cardoso (2013) cabe à escola prover conhecimentos que proporcionem um agir com autonomia ao estudante, por meio do

---

<sup>3</sup> A política educacional é uma vertente das políticas públicas. Segundo Dias e Matos (2015), às políticas públicas referem-se à gestão de questões na sociedade e à busca de soluções para demandas coletivas, utilizando metodologias que identifiquem as prioridades. Desse modo, as políticas públicas podem ser consideradas como medidas governamentais para intervir na realidade social e buscar a transformação de problemas específicos. Essas ações podem ser executadas tanto pelo governo quanto por organizações do terceiro setor.

## A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

desenvolvimento de suas aptidões crítica e criativa, para assim possibilitar mudanças no meio social. Nesse caso, a educação é tida como a forma de conduzir ao educando um processo em que sejam inaceitáveis práticas culturais que vão contra a dignidade pessoal, o direito a ser respeitado e à justiça. Já o Serviço Social é uma profissão de extrema importância no espaço escolar, que atua no combate a essas opressões.

A interseccionalidade, além de um conceito complexo que deve permear a atuação do profissional de Serviço Social, atua também como ferramenta metodológica de análise. O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido principalmente nos países anglo-saxônicos, advindo da herança do Feminismo Negro (*Black Feminism*) e ganhou repercussão a partir dos anos de 1990, dentro de uma perspectiva interdisciplinar desenvolvida por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras negras. Crenshaw, no início dos anos 1990, já destacava, sobretudo, as intersecções da raça e do gênero, abordando também as intersecções de classe e sexualidade, que “podem contribuir para estruturar suas experiências” (CRENSHAW, 2002). Akotirene (2018), a partir de uma abordagem decolonial<sup>4</sup> nos apresenta a interseccionalidade como metodologia, descrita pela autora como uma ferramenta que faz brandir as armas que desequilibram o poder colonial ocidental, e “põe em tela a realidade da opressão vivida pelas mulheres negras, aponta para caminhos que nos permitem criar novas alternativas de ser e estar no mundo” (RAMOS, 2021).

Podemos falar que a interseccionalidade compõem uma das metodologias feministas de pesquisa. Assumir uma postura feminista dentro das pesquisas acadêmicas e aplicá-las à práxis<sup>5</sup> profissional do Serviço Social é assumir um compromisso político com a profissão e com seus usuários. Visto que as feministas (aqui podemos considerar tanto as estudiosas, quanto as variadas formas de pesquisa) destacam a opressão de gênero, étnico-raciais, de classe, geracionais, territoriais, entre outras. Estas formas de opressões sustentam práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classismo, a exclusão de grupos de homossexuais e

---

<sup>4</sup>Uma abordagem interseccional e decolonial como metodologia, tem sido utilizada, por estudiosas do feminismo negro. “É um conceito cunhado com o intuito de capturar a interação entre diferentes formas de subordinação, e constitui importante ferramenta teórico-metodológica no campo dos estudos feministas. Utilizado por muitas autoras, especialmente a partir da década de 1990, o termo foi teorizado, entre outras, pela jurista feminista afro-americana, Kimberlé Crenshaw, no ano de 1989, em um contexto de tensões no interior do movimento feminista. No entanto, torna-se importante ressaltar que o pensamento interseccional é anterior ao conceito de interseccionalidade.” (VALETIM, 2020)

<sup>5</sup> Em uma definição mais completa, temos que a práxis social, "como qualquer ato social, é uma decisão entre alternativas efetuada pelo indivíduo singular, que faz escolhas acerca de propósitos futuros visados. Porém, não faz escolhas independentes das pressões que as necessidades sociais exercem sobre os indivíduos singulares, interferindo nos rumos e orientações de suas decisões". (IAMAMOTO, 2011, p. 254).

## A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

de outros grupos minoritários (Negrão, 2002; Prá, 1997; Toledo, 2003). O feminismo é, portanto, um campo político (Scott, 1986; Toledo, 2003). É basilar para o Serviço Social, sobretudo das (os) profissionais inseridos na educação, que assumam um compromisso com estudos de gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional (Scott, 1986). Não se pode mais pautar a atuação profissional baseada nas diferenças ditas “biológicas” ou “naturais”. O gênero passa a ser compreendido como uma relação prioritariamente política, que ocorre em campos discursivos e históricos das relações de poder (Scott, 1986) e atua na construção singular de cada sujeito.

Assumir uma conduta política alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social é um movimento complexo, é assumir, sobretudo, uma ruptura com o conservadorismo brasileiro que persegue o Serviço Social desde a sua concepção. A(o) profissional comprometida(o) com a mudança social e com as intersecções que permeiam as questões sociais, assume por si a imparcialidade, visto que, as metodologias feministas assumem o caráter inerente das abordagens críticas (Guba & Lincoln, 1994), tendo como objetivo comum a mudança social, o resgate da experiência feminina, o uso de análises e de linguagens não sexistas (Eichler, 1988) e o empoderamento dos grupos oprimidos, em especial das mulheres não brancas.

É diante desse plano de fundo que se faz tão importante o debate sobre interseccionalidade no Serviço Social, visto que, os debates sobre a o racismo e o sexismo necessitam considerar “pensar um projeto de nação que considere a centralidade da questão racial, já que as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo” (DAVIS, 2016). Partindo do pressuposto levantado por Ramos *et al.* (2019) de que é “extremamente necessário ponderar a intersecção entre classe, raça e gênero, com vistas a um novo modelo de sociedade, proposto no projeto ético-político profissional”.

Nesse sentido, Angela Davis, autora feminista, discute:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que a classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2016, p. 23)

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

A defesa por uma abordagem interseccional na atuação da(o) assistente social inserido na EPT, parte da compreensão da própria realidade brasileira que estamos inseridas, as expressões da questão social são materializadas nas desigualdades de classe que estão atravessadas por determinações de gênero e de raça. Portanto, é imperativo dar destaque às questões classe, contudo, sempre atreladas aos recortes de gênero e raça que atravessam toda a comunidade acadêmica e suas heterogeneidades dentro da EPT, de modo que as políticas públicas de educação possibilitem atender as demandas específicas destes grupos em sua pluralidade.

### **2. QUEBRA DE PARADIGMAS DO SERVIÇO SOCIAL E A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA POLÍTICA**

Uma das principais linhas de frente do trabalho dos profissionais de Serviço Social dentro da EPT é no planejamento e execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES pode ser considerado o programa que congrega as ações de assistência estudantil tanto na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), quanto nas universidades federais brasileiras. O PNAES tem grande relevância e protagonismo devido a sua grandiosa responsabilidade em tratar de ações de cunho sociais e afirmativas na educação pública brasileira. O Programa tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação pública federal. Em seu texto traz os seguintes dizeres:

“§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”. (BRASIL, 2010)

Nesse sentido, o PNAES se apresenta como uma importante ferramenta para a atuação do Serviço Social na educação, na medida em que busca garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com a Resolução nº 39 de 12 de dezembro de 2014, a PNAES tem como objetivo "promover a inclusão social, a formação integral e a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes,

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

com ações que busquem a democratização do acesso e a permanência na educação superior pública federal".

No entanto, é fundamental que a implementação do PNAES seja pautada pela perspectiva interseccional, considerando as múltiplas dimensões de opressão e exclusão presentes na sociedade brasileira. É fundamental que as políticas de assistência estudantil contemplem a perspectiva interseccional, garantindo a equidade e a justiça social no acesso e na permanência dos estudantes dentro da instituição de ensino.

Nesse sentido, a abordagem interseccional surge como uma perspectiva teórica e política que busca compreender as complexas relações entre diferentes formas de opressão e exclusão, como gênero, raça e classe social, e também de orientação sexual, geracionais, territoriais, entre outras. De acordo com Collins (2000), a interseccionalidade é fundamental para entender as experiências de opressão e exclusão vivenciadas por diferentes grupos sociais e para desenvolver estratégias de intervenção que considerem essas múltiplas dimensões.

Consustancializar o PNAES como ferramenta de inclusão à diversidade dentro da política pública é pensar na quebra de paradigmas que fundamentaram a organização da nossa sociedade até os dias atuais. Pensar na ruptura do conservadorismo em seu sentido *latto* é pensar em consonância aos processos foram fundamentais para a ruptura no Serviço Social brasileiro com a matriz conservadora que marcou sua gênese, animada pelo clima de liberdades democráticas que o país começará a desfrutar, notadamente a partir da década de 1960, que ensejou a construção do que veio a ser denominado projeto ético-político do Serviço Social brasileiro (IAMAMOTO, 1998; PAULO NETTO, 1996).

A efervescência política dos anos 1960, perpassando a década de 1970, culminou em um cenário de transformação do Serviço Social brasileiro, onde novos compromissos sociais e profissionais sociais foram criados a partir da consolidação de um projeto ético-político do Serviço Social dentro de um processo de Reconceituação do Serviço Social.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social foi um processo histórico que ocorreu na América Latina a partir da década de 1960 e teve como objetivo uma reflexão crítica sobre a prática do serviço social e sua inserção na realidade social latino-americana. Segundo Netto (1996, p. 26), o movimento representou "uma ruptura com o conservadorismo profissional e com o alheamento à realidade social do continente" e se propôs a "colocar em questão os pressupostos teóricos, os métodos de intervenção e a ética profissional".

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Segundo Iamamoto (2011), o movimento de reconceituação do Serviço Social teve como objetivo principal a busca por uma ruptura com os paradigmas conservadores e uma reorientação da profissão para uma atuação crítica e comprometida com a transformação social.

Netto (2006) destaca que esse projeto ético-político do Serviço Social não é uma mera declaração de princípios, mas sim um conjunto de diretrizes que orientam a prática profissional e a organização do Serviço Social como uma profissão comprometida com a transformação social. Esse projeto é resultado de um processo de lutas e conquistas históricas da categoria profissional, que teve como objetivo garantir a autonomia e a legitimidade do Serviço Social como uma profissão crítica e comprometida com os interesses dos usuários.

### **3. A QUESTÕES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS: UM DEBATE HISTÓRICO E AO MESMO TEMPO AUSENTE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

O Serviço Social brasileiro sempre atuou em tentativas, estratégias e ações para se aprofundar no debate das questões étnico-raciais e de gênero, contudo, essas ações atuaram mais na instância de militância político-ideológica, dentro de uma parcela da categoria profissional, e não como uma perspectiva de compromisso no exercício profissional (OLIVEIRA, 2017).

Somente após 16 anos de aprovação do Código de Ética Profissional<sup>6</sup> houve uma movimentação junto à ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) sobre a necessidade de inclusão de temas caros à profissão que contextualizariam a prática profissional às requisições da população usuária do Serviço Social (OLIVEIRA, 2017).

Essa mudança de paradigma profissional se dá justamente por compreender que a população demandatária do Serviço Social, se constitui, sobretudo, por aquelas(es) que experienciam cotidianamente as intersecções de grupos marginalizados, em especial às pessoas atingidas pelas intersecções étnico-raciais e de gênero.

Esse atraso no compromisso com as pautas interseccionais pode ser justificado pela

---

<sup>6</sup> Código de Ética do/a Assistente Social - Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Aprovado em 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

## A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

fragilidade que essas pautas são tratadas no âmbito de formação acadêmica, mais precisamente nos cursos de graduação em Serviço Social. O estudo desenvolvido por Oliveira (2017) traçou as matrizes curriculares de 24 instituições de ensino federais (Ifes) no Brasil, com objetivo de mapear a existência de disciplinas sobre raça e etnia nos cursos de graduação em Serviço Social. Dessas 24 Ifes, a pesquisa revelou que 18 Ifes possuem disciplinas que abordam a temática, correspondendo a 55% do total. Contudo, foi observado que, em sua maioria, são matérias de caráter optativas, deixando aos estudantes decidirem se vão ou não incluí-las na sua formação.

Já em relação às questões de gênero, ainda há muito que se avançar tanto no âmbito acadêmico, quanto da prática profissional, sobretudo, por se tratar de uma profissão marcada historicamente por sua característica de “feminização” (CISNE, 2004). Portanto, sob essa perspectiva de análise, tratar da questão de gênero no exercício profissional do Serviço Social implica em

Problematizar a ‘feminização’ da profissão, a concepção de gênero das(os) assistentes sociais e sua relação com a profissão. Trata-se de perceber como os sujeitos profissionais atribuem significados às relações de gênero e de que maneira dão sentido à sua prática profissional, tentando perceber a dimensão política dada à profissão. (CISNE, 2004, p. 20).

Resgatar as bases que deram origem à profissão implica romper com o conservadorismo que assombra o Serviço Social

Uma reprodução da cultura de subordinação da mulher e de uma gama variada de preconceitos, por meio da prática profissional. Esta ideologia contribuiu significativamente para o estabelecimento da vertente positivista e, conseqüentemente, dos objetivos que trazia em seu bojo para a manutenção da ‘ordem’ societária. (CISNE, 2004, p. 17).

Assim como as questões étnico-raciais, o debate sobre gênero na formação acadêmica das(os) discentes de Serviço Social também vem sendo pauta da ABEPSS. Porém o debate iniciado nos anos 1990 não se materializou em sua totalidade até os dias atuais, sendo disciplinas que abordam as questões de gênero e feministas ainda necessitam do aprofundamento provocado em discussões no âmbito da formação e do exercício profissional com efetiva participação das entidades representativas do Serviço Social – ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS<sup>7</sup> e ENESSO<sup>8</sup> (GÓIS; CAVALCANTE; FRANÇA, 2014).

<sup>7</sup> Conjunto CFESS/CRESS corresponde respectivamente ao Conselho Federal de Serviço Social e aos Conselhos Regionais de Serviço Social.

<sup>8</sup> ENESSO é a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, assim como a os CASS (Centros Acadêmicos de Serviço Social) representam os estudantes de Serviço Social de uma escola.

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

No estudo relatado por Góis, Cavalcante e França (2014), foi listado 78 disciplinas ofertadas sobre a temática pelos cursos de Serviço Social nas instituições de ensino públicas no Brasil, sendo que, a maior concentração de disciplinas encontra-se nos 23 cursos da região Sudeste que ofertam 41 disciplinas, sendo 17 disciplinas obrigatórias e 24 disciplinas optativas [...] o que significa que a região oferta o maior número de disciplinas, representando 52.5% das disciplinas sobre a temática gênero. O estudo também revela o descompromisso com a temática de gênero na formação acadêmica, visto que 18 disciplinas tratam exclusivamente da temática gênero, o que representam 44% do total das disciplinas ofertadas, contudo, apenas 5 são disciplinas obrigatórias. Claro, que avanços consideráveis são notados, como por exemplo o aumento no número de grupos de estudos e pesquisas sobre as relações de exploração e opressão de gênero, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação, assim como o quantitativo de produções,

a exemplos de trabalho de conclusão de curso, artigos, dissertações e teses (GÓIS, et. tal, 2018).

Todavia, apesar do avanço das produções teóricas sobre a questão de gênero, cabe o mesmo questionamento sobre as questões étnico-raciais, como disciplinas obrigatórias nos componentes curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social.

### **4. A INTERSECCIONALIDADE COMO METODOLOGIA E CATEGORIA DE ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NA EPT**

A interseccionalidade é uma abordagem teórica que se concentra na análise das interações entre diferentes formas de opressão, como raça, gênero, classe, sexualidade, necessidades especiais, geracionais, territoriais entre outras. É uma ferramenta importante para compreender como essas diferentes formas de opressão se sobrepõem e se interrelacionam, criando experiências únicas de discriminação e desigualdade para pessoas que pertencem a mais de um grupo marginalizado. A interseccionalidade pode ser usada como uma metodologia analítica dentro do Serviço Social para entender como essas diferentes formas de opressão afetam a vida dos usuários dos programas sociais e como elas podem ser abordadas em conjunto para ajudar a dirimir os impactos das questões sociais. Como afirma Collins (2015, p. 142), "a interseccionalidade como metodologia analítica envolve o

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

reconhecimento da multiplicidade de identidades sociais que moldam as experiências de opressão e privilégio".

O Serviço Social é uma profissão que tem como objetivo intervir nessas múltiplas expressões da questão social<sup>9</sup> na busca em promover a justiça social e a garantia dos direitos humanos. Nessa perspectiva, é fundamental que os profissionais do Serviço Social estejam atentos às diferentes dimensões da desigualdade social e trabalhem com uma abordagem interseccional, que considere as múltiplas formas de opressão e exclusão presentes na sociedade.

Por isso, uma abordagem interseccional no planejamento e execução do PNAES é fundamental para a atuação do Serviço Social comprometido com seu projeto ético-político e comprometido com a educação profissional e tecnológica federal, para que se cumpra seu pacto federativo no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social, observando as subjetividades do sujeito, as necessidades individuais e sociais, bem como as realidades regionais. Sendo assim, é imprescindível a presença da(o) assistente social para investigar e analisar as lacunas e fragilidades dos currículos, bem como do planejamento de ações educacionais e afirmativas, principalmente no âmbito das relações de gênero e étnico-raciais.

Mas como de fato operacionalizar as questões interseccionais no PNAES? Podemos pensar que a partir da promulgação da Lei 13.935 de 2019, que institui a presença de assistentes sociais e psicólogos na educação, houve uma importante ampliação do espaço sócio ocupacional destes profissionais. Nesse sentido, apesar de já estarmos presentes nesse espaço mesmo antes da lei, passamos a considerar de que forma, como categoria profissional, podemos contribuir para a articulação de assistentes sociais no desenvolvimento de suas atividades nesse espaço tão fértil de possibilidades de intervenção.

Pensar a profissão, para além do resgate das ações desenvolvidas e considerando a interseccionalidade, significa contextualizar os diferentes espaços e tempos em que se dá no campo da correlação de forças onde se materializa as realidades dos sujeitos envolvidos e o seu impacto na identidade profissional.

Tomar a interseccionalidade como ferramenta de análise dentro da instrumentalidade do Serviço Social e sua ação no PNAES é sobretudo romper com o conservadorismo que

---

<sup>9</sup> Entender a questão social, segundo Santos (2012, p. 133) é “[...] de um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo. Conjugadas, essas premissas derivam em expressões diversificadas da “questão social” em face das quais sempre cabe um processo de investigação.

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

assola estruturalmente o ambiente educacional. É necessário ter a clareza de que a escola é, dentre tantos outros âmbitos da sociedade, um ambiente reprodutor das desigualdades e conflitos sociais, ela não está desvinculada das ruas, da família, das mídias, do Estado, da política constitucionalizada, da luta de classes, etc. (BARCIELA, 2015). A escola funciona como um mecanismo excludente, e também é responsável por uma marginalidade cultural e, mais precisamente, educacional. Contudo, ao analisarmos os aspectos interseccionais dentro das políticas inclusivas de educação, as escolas ainda consideram as condições socioeconômicas determinantes no processo de ensino-aprendizagem escolar. (SAVIANI, 2008, p. 4-5), deixando em segundo plano as questões de gênero, étnico-raciais e demais interseções.

O próprio Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) gera seu maior produto intitulado em várias Ifes como Processo de seleção para o Programa de atendimento aos estudantes em baixa condição socioeconômica. Observa-se que, o próprio título do programa leva em sua nomenclatura o recorte social de renda ao determinar que a condição para participar do processo seja a socioeconômica. O intuito aqui não é o de repensar no título para o programa, e sim trazer a interseccionalidade para dentro dele. Questões de gênero e étnico-raciais precisam ser pensadas para além de meros dados sociais, é preciso que essas interseções somatizem para o combate de uma política antirracista e antissexista.

E como o Serviço Social tem como um dos seus objetivos atuar na defesa e garantia dos direitos sociais e humanos, por meio de intervenções que visam a transformação da realidade social, a instrumentalidade do Serviço Social é um dos meios fundamentais para a inserir as questões interseccionais no trabalho da(o) assistente social, pois este profissional poderá tratar da interseccionalidade utilizando dos recursos e técnicas instrumentais na intervenção profissional.

Segundo Netto (2006), a instrumentalidade do Serviço Social pode ser entendida como "o conjunto de recursos e técnicas que permite ao assistente social enfrentar, em termos profissionais, as demandas que lhe são colocadas pela sociedade, através dos usuários e das instituições". Dessa forma, a instrumentalidade é o que permite ao assistente social planejar, executar e avaliar suas intervenções de forma adequada e eficiente.

Além disso, a instrumentalidade do Serviço Social está diretamente relacionada com as competências profissionais, que são definidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em seu Código de Ética (CFESS, 1993) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

(DCNs) do Serviço Social (MEC, 2014). Essas competências incluem, por exemplo, a capacidade de analisar criticamente a realidade social, de planejar, executar e avaliar intervenções profissionais, de utilizar recursos e técnicas adequadas.

Vale ressaltar que a instrumentalidade do Serviço Social não é algo fixo e imutável, mas sim dinâmico e em constante construção. Isso significa que as técnicas e recursos utilizados pelos assistentes sociais precisam ser constantemente atualizados e adaptados às transformações da realidade social e das demandas que lhes são apresentadas.

Portanto, a instrumentalidade do Serviço Social é um elemento fundamental para a efetividade do trabalho do assistente social, pois é o que permite a realização de intervenções profissionais adequadas e eficientes, de acordo com as demandas e particularidades de cada situação.

Entre os recursos e técnicas utilizados pela(o) assistente social, podemos citar a entrevista, a pesquisa social, a elaboração de projetos e planos de intervenção, a mediação de conflitos, entre outros. Cada uma dessas técnicas é utilizada de forma específica e articulada, de acordo com as demandas e particularidades de cada situação.

Dessa forma, a instrumentalidade do Serviço Social está diretamente relacionada com a interseccionalidade, visto que ambas são abordagens teórico-metodológicas que buscam compreender as múltiplas e interligadas formas de opressão e discriminação presentes na sociedade, como gênero, étnico-raciais, classe social, orientação sexual, geracionais, territoriais, entre outras.

A interseccionalidade é uma perspectiva que busca entender a complexidade das desigualdades sociais e suas interações, reconhecendo que as pessoas possuem identidades múltiplas e que essas identidades influenciam em suas experiências de vida e nas formas de opressão e discriminação que enfrentam.

Nesse sentido, a instrumentalidade do Serviço Social se torna ainda mais importante, uma vez que a(o) assistente social precisa estar preparado para lidar com a complexidade das demandas apresentadas pelos usuários, que muitas vezes são marcadas pela interseccionalidade de suas identidades.

Para tanto, é necessário que a(o) assistente social tenha uma formação crítica e reflexiva, capaz de compreender as interações entre as diferentes formas de opressão e discriminação presentes na sociedade e as implicações dessas interações para a vida dos usuários.

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Além disso, a(o) assistente social precisa utilizar técnicas e recursos adequados para a intervenção profissional, que levem em conta as particularidades e especificidades de cada situação e de cada usuário, considerando além de sua posição social, as múltiplas identidades que possuem.

Congregar a atuação do Serviço Social dentro da EPT no desenvolvimento de ações direcionadas ao PNAES alinhada a uma base interseccional são fundamentais para a atuação do Serviço Social na educação, pois assim se garante o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando as múltiplas dimensões de opressão e exclusão presentes na sociedade brasileira.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a importância da abordagem feminista e da interseccionalidade na práxis do Serviço Social, é crucial reconhecer a relevância dessas abordagens dentro da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Os estudos abordados conseguiram identificar a complexidade das desigualdades sociais que permeiam nossa sociedade e as suas consequências direta na atuação do assistente social na EPT.

Ter um compromisso com a abordagem feminista de cunho interseccional se apresenta como fundamental para o planejamento e implementação de políticas educacionais que contemplem as diferentes realidades e necessidades dos estudantes, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a análise das intersecções de raça, gênero e classe social, entre outras, possibilita a compreensão da complexidade dessas desigualdades, possibilitando uma intervenção mais efetiva dos profissionais de Serviço Social.

Ademais, destaca-se a importância da inserção de disciplinas obrigatórias nos cursos de graduação de Serviço Social, além da importância da formação continuada dos profissionais para que possam compreender a complexidade das desigualdades e atuar de forma mais efetiva na promoção da justiça social no ambiente educacional. Nesse sentido, é preciso ressaltar a necessidade de investimentos em políticas de formação e capacitação profissional, que promovam uma abordagem interseccional e feminista para a atuação destes profissionais.

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

O artigo apresentou um importante alerta sobre a necessidade de se pensar uma educação mais inclusiva, que contemple as diferenças e diversidades presentes na sociedade brasileira. Além disso, destaca-se a importância da atuação dos profissionais de Serviço Social no combate às desigualdades, para que seja possível construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, esse artigo é um convite para que as(os) profissionais de Serviço Social façam o exercício reflexivo sobre a utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica dentro do Serviço Social, visto que considerar a interseccionalidade dentro da educação, e principalmente no desenvolvimento do PNAES, possibilita uma compreensão mais ampla e aprofundada das demandas apresentadas pelos usuários, levando em consideração as múltiplas identidades que possuem e suas implicações em suas vidas.

Finalizo ressaltando que a interseccionalidade é de grande relevância para a compreensão da prática do Serviço Social na EPT, tendo em vista a necessidade de se pensar em abordagens mais inclusivas, antirracistas e antissexistas, e que contemplem as múltiplas dimensões das desigualdades sociais. É preciso reconhecer a importância da abordagem interseccional e feminista na atuação dos profissionais de Serviço Social, e promover investimentos em políticas de formação continuada, para que possamos construir uma educação para todas e todos.

### **REFERÊNCIAS:**

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARCIELA, Francisco. **O "estudo errado" e a escola conivente: a escola como reprodutora das estruturas do capitalismo.** 2015. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm) . Acesso em 18 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução nº 39, de 12 de dezembro de 2014.** Institui as Diretrizes Nacionais de Assistência Estudantil. Brasília: 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf) . Acesso em 14 jun. 2023.

## A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: 2019.

Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.935%2C%20DE%2011,do%20par%C3%A1grafo%205%C2%BA%20do%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.935%2C%20DE%2011,do%20par%C3%A1grafo%205%C2%BA%20do%20art) . Acesso em: 04 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Serviço Social.** Brasília: MEC, 2014.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?:** uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, v. 41, p. 1-20. 2015.

\_\_\_\_\_. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero.** 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Cleia Zanatta; WERNECK, Vera Rudge; CARDOSO, José Augusto. A relação entre cultura e educação sob o ponto de vista de educadores do ensino fundamental. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 204- 216, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psisabersocial/article/view/8794/6662> . Acesso em 18 jun. 2023.

Eichler, Margrit. **Nonsexist research methods: A Practical guide.** Winchester: Allen & Unwin. 1988

GÓIS, Magaly Nunes de; CAVALCANTE, Itamara Guedes; FRANCA, Sílvia Maria Silva. **Serviço Social e Gênero: um debate necessário na formação profissional.** In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2018, Vitória/ES, 2018.

Guba, E. G. & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Thousand Oaks: Sage.

## A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIOTO, Regina Celia Tamaso. **Serviço Social e interdisciplinaridade: estudos críticos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 55-64.

Negrão, T. **Feminismo no plural**. In: M. Tiburi, M. Menezes & E. Eggert (Orgs). **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002. p. 271-280.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. **Saúde e Serviço Social: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

Prá, Jussara Reis. **O feminismo como teoria e como prática**. In: M. Strey (Org). **Mulher: Estudos de gênero**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. p. 39- 57.

RAMOS, Mayara Augusta Monteiro; MARTINS, Tereza Cristina Santos; SANTOS, Olivia Irine Reis; FERNANDES, Thamires Santos. **Gênero sob a perspectiva da interseccionalidade: a importância do debate no Serviço Social**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, 2019, Brasília. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS. Brasília: CFESS, 2019. v. 1.

SANTOS, Juliana Marta. **Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais**. **SER Social**, [S. l.], v. 19, n. 41, p. 385–397, 2018. DOI: 10.26512/ser\_social.v19i41.14945. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14945](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14945) . Acesso em: 08 jun. 2023.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: **Rev. Bras. Educ.** vol. 12 no. 34. Rio de Janeiro. jan./abr. 2007. Disponível em:

## A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

[http://www.scielo.br/scielo.php?sci\\_arttex&pid=S1413-24782007000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?sci_arttex&pid=S1413-24782007000100012). Acesso em 13 jun. 2023.

SCOTT, J. W. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. **American Historical Review**, v. 91, issue 5, p. 1053–1075, Dec. 1986. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article-abstract/91/5/1053/155166?redirectedFrom=fulltext>  
Acesso em: 17 jun. 2023.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Sundermann, 2008.

VALENTIM, Silvani S.; SOUZA, Andreia C de. Jovens negras periféricas: afloradas interseccionalidades de raça e gênero. **Revista Teias** v. 2, n. 62, p. 23-37, jul./set., 2020.